

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

CONCURSO PÚBLICO



DIA - 29/08/2010

CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

GABARITO RASCUNHO

PROVA OBJETIVA

01		11		21		31		41	
02		12		22		32		42	
03		13		23		33		43	
04		14		24		34		44	
05		15		25		35		45	
06		16		26		36		46	
07		17		27		37		47	
08		18		28		38		48	
09		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	

Leia o texto I e responda as questões 1 a 7.

Texto I

Estratégias para a verdadeira inclusão

Empresas investem em programas de capacitação para poder cumprir a lei

João Ribas, de 54 anos, formou-se na faculdade de ciências sociais e por 15 anos foi um professor comum, como todos os outros que lecionavam na Pontifícia Universidade Católica, em São Paulo. A única diferença é que, desde que nasceu, nunca andou e sempre se locomoveu numa cadeira de rodas. “Diferentemente do que muitos pensam, a cadeira não é uma prisão. Ela é a minha liberdade”, afirma o professor, que repudia a segregação dos deficientes e, há nove anos, é um dos responsáveis por ajudar cegos, surdos e outros cadeirantes a entrar no mercado de trabalho e ser tão valorizados quanto os colegas sem limitações físicas.

Chamado pela Serasa, consultoria que oferece produtos e serviços para análise de crédito principalmente a empresas do comércio, o antigo acadêmico assumiu em 2001 o cargo de coordenador do então pioneiro Programa de Empregabilidade, desenvolvido pela companhia para qualificar os novos funcionários com deficiência contratados por causa da Lei de Cotas. Promulgada em 1991, a lei nº 8.213 determina que todas as empresas com mais de cem funcionários reservem uma parcela das vagas para a contratação de deficientes físicos. A cota é de 2% para as que empregam até 200 pessoas, 3% para aquelas com até 500, 4% para as que têm até mil funcionários e 5% acima disso. Quem não cumprir essa imposição fica sujeito a multas que podem variar de R\$ 1.195,13 a R\$ 119.512,33, aplicadas pelo Ministério do Trabalho. Embora já exista há quase 20 anos, a legislação costumava ser ignorada até 1999, ano em que o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o decreto 3.298, normatizando a fiscalização e a autuação dos infratores. “Pelos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), de 2005 a 2007 o total de pessoas com deficiência ou reabilitadas empregadas cresceu mais de 70%. Apesar dos indicadores positivos, o número de contratações ainda é reduzido”, diz o diretor do Departamento de Fiscalização do Trabalho, Leonardo Soares de Oliveira.

Obrigados a preencher as vagas, os responsáveis pelos departamentos de recursos humanos de empresas de todas as regiões do país depararam-se com um problema: a reduzida qualificação educacional e profissional de candidatos que, na maioria dos casos, haviam deixado de frequentar a escola por causa das dificuldades de locomoção e acesso e do preconceito. É bem verdade que a baixa escolaridade atinge o grosso da sociedade brasileira, já que apenas cerca de 10% do total concluem o ensino superior. No entanto, tendo em vista que 14,5% da população têm algum tipo de deficiência física e a maioria faz parte das camadas mais pobres – onde a exposição à violência, a acidentes de trânsito e a lesões causadas por armas de fogo é maior –, a importância da questão aumenta ainda mais.

No começo, apesar de ser clara a boa intenção da lei, surgiram reclamações e contestações, e muitos empresários demonstraram sua insatisfação por ter de contratar funcionários que dificilmente alcançariam os resultados esperados. Aos poucos, o preconceito foi cedendo lugar a iniciativas de aperfeiçoamento da mão de obra, com cursos de capacitação e reciclagem voltados para deficientes. “Naquela época, poucas empresas sabiam da obrigatoriedade de ter uma parte do quadro de funcionários composta por pessoas com deficiência. A Serasa, após receber uma carta do Ministério do Trabalho cobrando o cumprimento da lei, decidiu ir além e propiciar meios para que esses empregados desempenhassem suas funções como os demais”, comenta Ribas. A iniciativa ficou mais conhecida por ser uma das pioneiras no país, embora atualmente existam experiências semelhantes em variados setores. Bancos, indústrias, empresas de telemarketing são apenas alguns exemplos de organizações que passaram a considerar a capacitação voluntária uma ferramenta útil na administração.

O resultado desse esforço, no entanto, ainda é pequeno. Segundo cálculos do governo federal, existem aproximadamente 320 mil vagas no mercado formal de trabalho para portadores de deficiências físicas, mas pouco mais de 1% delas estão preenchidas. A maioria das empresas pequenas e médias, embora também estejam obrigadas a respeitar as cotas, não cumprem a lei. Há ainda organizações de grande porte que não preenchem toda a sua cota e apontam a baixa qualificação como responsável por esse fato. Especialistas alegam que essa justificativa tem sido utilizada para mascarar a negligência de corporações em que continua a predominar a visão deturpada de que a contratação de deficientes representa um entrave aos negócios. As condições para empregar a parte da população que se enquadra na lei exigem investimentos em equipamentos e softwares especiais, reformas de instalações, para garantir a acessibilidade e a locomoção, além de um grande esforço de mudança cultural. “A lei funcionou como um pontapé inicial para a inclusão dos deficientes, e muitas empresas querem apenas cumprir a cota no primeiro momento. A inclusão, porém, deve ser feita com qualidade, porque a capacitação traz bons resultados para a própria companhia. Ter um funcionário desmotivado perturba todo o ambiente e tem impacto nos lucros”, diz Daiane de Paula, supervisora do Programa Inclusão Eficiente da Secretaria do Trabalho do município de São Paulo.

- 01** – Considerando o assunto “gêneros textuais”, é possível afirmar que o texto é
- uma coluna de um jornal eletrônico, se apoiando em diferentes dados percentuais.
 - um exemplo de um artigo de opinião, pois apresenta a fala do autor.
 - uma dissertação, apresentando várias opiniões de diferentes pessoas.
 - uma matéria de revista eletrônica, enfatizando a opinião do autor.
 - uma reportagem, na qual são apresentadas partes de entrevistas.

- 02** – Considerando o tratamento dado no texto à lei de cotas, julgue verdadeiras (V) ou falsas (F) as assertivas abaixo.
- O autor é a favor da lei, sugerindo algumas possibilidades de inclusão de deficientes no mercado de trabalho.
 - O autor não opina sobre a lei, apenas relata situações em que foram aplicadas algumas estratégias de inclusão.
 - O autor organiza o texto de maneira que o leitor compreenda a lei e se posicione a favor da inclusão.
 - O autor apresenta números percentuais negativos, quando da implantação da lei no Brasil.

A sequência correta é:

- F – F – V – V.
- F – V – F – V.
- F – V – V – V.
- F – V – V – F.
- V – V – F – F.

- 03** – Assinale a alternativa correta quanto ao uso e à flexão dos verbos “entrar” e “ser” (1º §).

- Os dois verbos poderiam se flexionar no plural, concordando com a expressão “cegos, surdos e outros cadeirantes”.
- O verbo “entrar” deve ser flexionado no plural, concordando com a expressão “outros cadeirantes”.
- O verbo “ser” não deve ser flexionado, pois o sujeito correspondente é oculto.
- Os verbos não podem ser flexionados no plural, pois concordam com “um dos responsáveis por ajudar”.
- O verbo “ser” obedece à regra do paralelismo sintático quanto ao verbo “estar”.

- 04** – Considerando o uso dos termos “apesar” (2º §) e “mas” (5º § - 2ª linha), é possível afirmar que

- “apesar” é um advérbio de conotação negativa, no entanto, no contexto é usado como possibilidade positiva.
- são advérbios e mudam o sentido dos verbos que sucedem a ideia principal proposta.
- apresentam uma ideia negativa a respeito dos números referentes à contratação de deficientes tratada no texto.
- “mas” é uma conjunção adversativa que está funcionando numa oração coordenativa.
- são palavras de conotação contrária às ideias postas anteriormente, enfatizando a opinião do autor do texto.

- 05** – Considerando o termo “verdadeira”, no título do texto I, julgue certas (C) ou erradas (E) as assertivas.

- Retrata parte da opinião do autor do texto no que se refere à inclusão, embora esteja localizada no título.
- Funciona apenas como adjetivo caracterizador da palavra “inclusão”.
- Pressupõe a ideia de que outras estratégias de inclusão não foram realizadas com sucesso.
- Relaciona-se diretamente com o primeiro parágrafo do texto, no qual é relatada uma história real.

Está(ão) correta(s):

- I, II e IV.
- Apenas IV.
- Apenas I.
- I e III.
- Apenas III.

- 06** – Considerando as relações de sentido do texto, julgue as assertivas como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- A palavra “segregação” (1º §) pode ser substituída pelo sinônimo “isolamento”, respeitando o sentido do contexto.
- A expressão “o grosso” (3º §) pode ser parafraseada por “a população”, mantendo-se o mesmo sentido do texto.
- A palavra “promulgada” (2º §) pode ser substituída pela expressão “tornado pública”, mantendo-se a mesma estrutura sintática e semântica do trecho.
- Os termos “prisão” e “liberdade” (1º §) expressam uma relação semântica antagônica no texto.

A sequência correta é:

- F – V – F – F.
- V – F – F – F.
- F – F – V – V.
- F – V – F – V.
- F – V – V – F.

07 – Assinale a alternativa correta quanto às regras de concordância verbal relativas ao trecho abaixo.

A maioria das empresas pequenas e médias, embora também estejam obrigadas a respeitar as cotas, não cumprem a lei. (5º §)

- a) O verbo “cumprem” deveria concordar somente com o sujeito da oração “A maioria”.
- b) O verbo “estejam” deveria permanecer no singular por estar situado entre vírgulas.
- c) O verbo “cumprem” está concordando com o núcleo do sujeito “empresas pequenas e médias”.
- d) O trecho não respeita a regra de sujeitos formados por expressão partitiva geral, mantendo os verbos no plural.
- e) A regra de expressão partitiva, nesse caso, permite a possibilidade de o verbo permanecer tanto no singular quanto no plural.

08 – Considerando as regras de acentuação gráfica, leia os trechos abaixo e assinale o(s) correto(s):

- I) Uma das maneiras de evitar situações constrangedoras ou desconfortáveis, destaca a consultora, é descobrir quando é possível obter benefícios com a própria deficiência do candidato.
- II) Já deficientes auditivos podem ser alocados em áreas com grande ruído e que requeiram concentração elevada, como linhas de produção de fábricas.
- III) Uma pesquisa realizada pelo órgão em 2006 detectou que quase 80% dos deficientes no Brasil têm menos de oito anos de estudo, o que dificultava às instituições financeiras a tarefa de adequar-se à legislação.

Está(ão) acentuado(s) corretamente:

- a) Apenas I.
- b) I e II.
- c) Apenas III.
- d) II e III.
- e) Apenas II.

09 - Marque a alternativa em que as regras de pontuação foram empregadas de maneira correta.

- a) Obviamente nem todos os profissionais contratados por causa da Lei de Cotas têm a mesma postura de Marcos: o que também contribui para aumentar a dificuldade do cumprimento das metas. Quando um portador de deficiência tem um comportamento profissional inadequado apresentando faltas em demasia e descumprimento de horários: é comum uma empresa com pouca experiência e sem a assessoria de especialistas mostrar receio em fazer outro processo seletivo para substituir o mau funcionário.
- b) Obviamente, nem todos os profissionais contratados por causa da Lei de Cotas têm a mesma postura de Marcos, o que também contribui para aumentar a dificuldade do cumprimento das metas. Quando um portador de deficiência tem um comportamento profissional inadequado, apresentando faltas em demasia e descumprimento de horários, é comum uma empresa com pouca experiência e sem a assessoria de especialistas mostrar receio em fazer outro processo seletivo para substituir o mau funcionário.
- c) Obviamente, nem todos os profissionais contratados por causa da Lei de Cotas têm a mesma postura de Marcos: o que também contribui para aumentar a dificuldade do cumprimento das metas. Quando um portador de deficiência tem um comportamento profissional inadequado; apresentando faltas em demasia e descumprimento de horários; é comum uma empresa com pouca experiência e sem a assessoria de especialistas mostrar receio em fazer outro processo seletivo para substituir o mau funcionário.
- d) Obviamente nem todos os profissionais contratados por causa da Lei de Cotas têm a mesma postura de Marcos, o que também contribui para aumentar a dificuldade do cumprimento das metas. Quando um portador de deficiência tem um comportamento profissional inadequado: apresentando faltas em demasia e descumprimento de horários, é comum uma empresa com pouca experiência e sem a assessoria de especialistas, mostrar receio em fazer outro processo seletivo para substituir o mau funcionário.
- e) Obviamente, nem todos os profissionais contratados por causa da Lei de Cotas têm a mesma postura de Marcos; o que também contribui para aumentar a dificuldade do cumprimento das metas. Quando um portador de deficiência tem um comportamento profissional inadequado; apresentando faltas em demasia e descumprimento de horários; é comum uma empresa com pouca experiência e sem a assessoria de especialistas; mostrar receio em fazer outro processo seletivo para substituir o mau funcionário.

10 - Assinale a alternativa em que a sequência numérica corresponde à reestruturação correta do trecho.

- (1) Alfabetizado em braille numa escola estadual comum que tinha professores especiais, encara sua rotina profissional com grande naturalidade.
- (2) Sempre tive claro para mim que queria ser advogado e consegui.
- (3) “Nunca senti preconceito, mas tinha dúvidas sobre como seria minha carreira.
- (4) Empregado desde 2002, ano em que terminou o curso de direito, o rapaz utiliza um programa especial, chamado Virtual Vision, para ler e escrever no computador.
- (5) Inscrevi-me pelo site e fiz um curso de um mês.
- (6) Estou sempre à procura de coisas diferentes e desafiadoras.”
- (7) Um dos alunos formados no curso da Serasa é o advogado Marcos Rodrigues, de 28 anos.

- a) 3 – 6 – 7 – 5 – 2 – 6 – 1.
- b) 1 – 4 – 5 – 3 – 6 – 2 – 7.
- c) 3 – 6 – 5 – 4 – 1 – 2 – 7.
- d) 7 – 4 – 3 – 5 – 1 – 2 – 6.
- e) 7 – 4 – 1 – 3 – 5 – 2 – 6

L E G I S L A Ç Ã O

11 - A respeito do percentual do total da despesa do Poder Legislativo Municipal assinale a alternativa CORRETA.

- a) Despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar 6% para Municípios com população de até 100.000 habitantes.
- b) Despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar 5% para Municípios com população entre 100.000 e 300.000 habitantes.
- c) Despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar 7% para Municípios com população entre 300.001 e 500.000 habitantes.
- d) Despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar 4% para Municípios com população entre 500.001 e 3.000.000 de habitantes.
- e) Despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar 3,5% para Municípios com população acima de 8.000.001 habitantes.

12 - Com base nas regras da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA

- a) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- c) Os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

13 - Com referência a Organização dos Poderes, assinale a opção verdadeira.

- a) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, somente por suas opiniões e votos.
- b) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- c) A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no penúltimo domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.
- d) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga.
- e) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

14 - Quanto a Organização do Estado, assinale a alternativa INCORRETA

- a) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- c) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- d) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- e) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

15 - A respeito dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, assinale a opção verdadeira.

- a) É garantido seguro-desemprego tão-somente ao trabalhador urbano, em caso de desemprego involuntário, o que não acontece com o trabalhador rural.
- b) É assegurado piso salarial ao trabalhador urbano proporcional à extensão e à complexidade do trabalho enquanto o piso salarial ao trabalhador rural será proporcional a salubridade da atividade agropecuária.
- c) É garantido remuneração ao trabalho noturno superior à do diurno.
- d) É assegurado jornada de seis horas para o trabalho urbano e de cinco horas para o trabalhador rural realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- e) É proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

16 - Assinale, qual dos princípios da Administração Pública reconhece a validade dos atos praticados por servidor público que de alguma forma foi investido na função ou no cargo de forma irregular:

- a) Legalidade.
- b) Publicidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Moralidade.
- e) Eficiência.

17 - Considerando que a Administração Pública direta e indireta realize a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparência e sem burocracia, assinala a essência do princípio da:

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Publicidade.
- d) Moralidade.
- e) Eficiência.

18 - Em relação a responsabilidade civil do Estado, quando as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos causam danos a terceiros, através de seus agentes, agindo nessa qualidade, presenciamos assim a responsabilidade:

- a) Subjetiva.
- b) Objetiva.
- c) Solidária.
- d) Subsidiária.
- e) integral.

19 - Assinale a opção correta sobre o desfazimento do ato administrativo por questões de conveniência e oportunidade

- a) Nulidade.
- b) Anulação.
- c) Revogação.
- d) Cassação.
- e) Caducidade.

20 - Qual a alternativa abaixo representa atributo do ato administrativo

- a) Impessoalidade.
- b) Proporcionalidade.
- c) Moralidade.
- d) Auto-executoriedade.
- e) Eficiência.

21 - No cargo público a vagância, dentre outros, transcorrerá de

- a) exoneração, demissão.
- b) dispensa, redistribuição.
- c) captação, interdição.
- d) ascensão, transferência.
- e) requerimento, conversão.

22 - Sem nenhum prejuízo, por motivo de casamento, o servidor poderá retirar-se do serviço, por:

- a) 4 (quatro) dias consecutivos.
- b) 7 (sete) dias consecutivos.
- c) 5 (cinco) dias consecutivos.
- d) 10 (dez) dias consecutivos.
- e) 8 (oito) dias consecutivos.

23 - O servidor efetivo só perderá o cargo em benefício de:

- a) 12 dias de faltas sucessivas.
- b) sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) 05 dias úteis contínuo.
- d) três suspensões intercaladas.
- e) NDA.

24 - Um dos princípios constitucionais, segundo a Constituição Federal, é

- a) Regime democrático.
- b) Vinculação em os poderes.
- c) República Federativa e igualdade entre Estados.
- d) Livre manifestação de pensamento.
- e) Separação entre Estados-Membros e Municípios

25 - Tomando por base a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA

- a) Direito à propriedade.
- b) Direito ao contraditório e ampla defesa.
- c) Igualdade de todos perante a lei.
- d) Inviolabilidade à casa, mesmo em caso de flagrante delito ou por determinação da justiça.
- e) Inviolabilidade à vida privada, honra e à imagem.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

26 - São órgãos da administração direta do município de Patos-PB, EXCETO:

- a) Secretaria Municipal de Administração.
- b) Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTRANS)
- c) Gabinete do Prefeito.
- d) Subprefeitura de Santa Gertrudes.
- e) Procuradoria Geral do Município.

27 - De acordo com a Lei de Organização Administrativa do Município de Patos, são atribuições dos secretários municipais, EXCETO:

- a) Elaborar plano de governo.
- b) Assessorar o Prefeito em assuntos da competência da Secretaria.
- c) Articular-se com os demais Órgãos da Prefeitura, aprimorando as bases de uma cultura gerencial coletiva e participativa.
- d) Fazer cumprir as metas estabelecidas no Plano de Governo da Prefeitura relativas à sua área de atuação.
- e) Expedir atos normativos e instruções de trabalho.

28 - No que diz respeito à Secretaria de Educação do Município de Patos – PB, analise as afirmativas abaixo e assinale a(s) correta(s).

- I – Compete-lhe promover a educação, como formação de cidadão e sua inserção participativa na comunidade, ficando a cargo da Secretaria de Administração do Município formular, implementar e coordenar o Plano Municipal de Educação.
- II – É de sua competência estabelecer diretrizes e orientações pedagógicas e sócio-psicológicas para a educação infantil e o ensino fundamental, de acordo com as diretrizes e os programas fixados para o sistema municipal de educação.
- III – Deve manter com os órgãos regionais, estaduais e federais de coordenação e acompanhamento do ensino uma interação contínua, no que se refere a informação, orientação, estabelecimento de metas, dentre outras, visando o desenvolvimento do ensino.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas a afirmativa I está correta.
- b) apenas a afirmativa III está correta.
- c) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) todas as afirmativas estão corretas.

29 - Dentre as atribuições pertinentes ao Técnico Administrativo do Município de Patos-PB, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Redigir portarias, ordens de serviço, editais e demais atos administrativos de natureza simples, seguindo modelos específicos.
- b) Registrar a tramitação de papéis e fiscalizar o cumprimento das normas referentes a protocolo.
- c) Digitar documentos, redigidos e aprovados, conferir a digitação e encaminhá-los para assinatura, se for o caso.
- d) A classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos.
- e) Ler, selecionar, registrar e arquivar, quando for o caso, documentos e publicações de interesse da unidade administrativa onde exerce as funções, bem como arquivar leis, decretos e outros atos normativos de interesse do órgão.

30 - De acordo com a Lei nº 3.816/2009, assinale a alternativa correta a respeito das competências atribuídas aos fiscais de urbanismo e obras do município de Patos-PB:

- a) Construir uma base cartográfica digital que inclua representação vetorial do cadastro imobiliário do município.
- b) Ajudar na elaboração de mapas do município de Patos.
- c) Acompanhar e gerenciar o processo de aprovação dos projetos arquitetônicos junto aos órgãos competentes.
- d) Controlar a qualidade da obra, aceitar ou rejeitar materiais e serviços, identificar métodos e locais para instalação de instrumentos de controle de qualidade.
- e) Verificar o comprimento da execução das obras nos prazos estabelecidos no alvará de licença de construção.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31 - Com o intuito de contribuir para a aproximação das normas brasileiras de contabilidade pública às regras internacionais, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria MF nº 184, de 25/08/08. Julgue como certas ou erradas as alternativas a seguir:

- I) A portaria dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pela área pública, abrangida pelos entes públicos União e Estados.
- II) A portaria dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pela área pública, abrangida pelos entes públicos União, Estados e Municípios.
- III) A portaria dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pela área pública em relação aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.
- IV) A portaria dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pela área pública especificamente em relação aos procedimentos de evidenciação.
- V) Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pela área pública em relação aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes como as do IPSAS (publicadas IFAC) e com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBCASP (editadas pelo CFC).

Assinale a sequência correta:

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão erradas.
- c) Apenas I e IV estão corretas.
- d) Apenas I, II e III estão corretas.
- e) Apenas II, III e V estão corretas.

32 - Assinale a alternativa INCORRETA em relação à efetividade das receitas.

- a) A receita pública (ingresso orçamentário) pode ser efetiva, quando altera a situação líquida patrimonial do ente para maior, ou não-efetiva, em que não há alteração da situação líquida.
- b) São exemplos de receitas públicas efetivas as receitas tributárias, patrimoniais, de serviços.
- c) São exemplos de receitas públicas não-efetivas, as receitas de operações de crédito.
- d) A venda de bens do ente público deve ser considerada como uma receita efetiva.
- e) A receita efetiva configura-se como um fato contábil modificativo aumentativo.

33 - Assinale a alternativa INCORRETA em relação ao conceito de receitas públicas.

- a) RECEITA FINANCEIRA: são as receitas decorrentes de aplicações financeiras, operações de crédito e alienação de ativos e outras. Estas receitas não deverão compor a apuração do resultado primário “acima da linha”.
- b) RECEITA NÃO-FINANCEIRA: São as receitas oriundas de tributos, contribuições patrimoniais, agropecuárias, industriais, serviços e outras.
- c) RECEITA LÍQUIDA REAL: definição dada pela Resolução do Senado Federal nº 96, de 15 de dezembro de 1989, que entende ser a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito e de alienação de bens.
- d) RECEITA VINCULADA: receita orçamentária pertencente a mais de um beneficiário independente da forma de arrecadação e distribuição.
- e) RECEITA PREVISTA, ESTIMADA OU ORÇADA: volume de recursos, previamente estabelecido no orçamento do ente, a ser arrecadado em um determinado exercício financeiro, de forma a melhor fixar a execução da despesa.

34 - Julgue as alternativas e assinale aquela que se relaciona totalmente com as receitas de capital:

- a) Operações de crédito, amortização de empréstimos, transferência de capital, receita industrial.
- b) Alienação de bens, transferência entre receitas correntes, transferência de capital, receita agropecuária.
- c) Operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferência de capital, outras receitas de capital.
- d) Alienação de bens, amortização de empréstimos, transferência de capital, receitas de serviços.
- e) Operações de crédito, alienação de bens, receitas de contribuições, transferência de capital, outras receitas de capital.

35 - No que se refere ao Regime de Caixa adotado no Brasil, segundo a Lei 4.320/64, é possível afirmar que há:

- a) Competência tanto para as despesas como para as receitas.
- b) Caixa tanto para as despesas como para as receitas.
- c) O regime da prudência.
- d) Regime misto que utiliza o regime de caixa para as despesas e o regime de competência para as receitas.
- e) Regime misto que utiliza o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas.

36 - Julgue como certas ou erradas as assertivas a seguir:

- I) O balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- II) A demonstração das variações patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício.
- III) O balanço patrimonial demonstrará o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro e o passivo permanente.
- IV) O balanço financeiro tem por finalidade demonstrar a receita e despesa orçamentária.

Assinale a sequência correta:

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão erradas.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas I, II e III estão corretas.
- e) Apenas II, III e IV estão corretas.

37 - Julgue como certas ou erradas as afirmativas a seguir:

- I - A tendência de harmonização internacional das normas contábeis parece ser uma necessidade imposta pela integração dos mercados e uma exigência de investidores e credores.
- II - No Brasil, a harmonização das práticas contábeis está em discussão no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que criou o Comitê Gestor de Convergência com o objetivo de desenvolver ações para promover a harmonização das Normas brasileiras de contabilidade.
- III - As normas brasileiras de contabilidade estão sendo discutidas para entrarem em sintonia com as determinações do Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB – *International Accounting Standards Board*) e com as normas internacionais de auditoria e asseguração emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC – *International Federation of Accountants*).
- IV - As diretrizes de harmonização abrangem também a contabilidade pública, até então afastada das discussões sobre o tema.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão erradas.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas I, II e III estão corretas.
- e) Apenas II, III e IV estão corretas.

38 - A NBC T 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis - estabelece a definição de patrimônio público e a classificação dos elementos patrimoniais sob o aspecto contábil, além de apresentar o conceito de sistema e de subsistemas de informações contábeis para as entidades públicas. Conforme as definições dessa norma, avalie as afirmativas como certas ou erradas.

- I) Estabelece critérios para a classificação do Ativo e Passivo em Circulante e Não-Circulante, com base nos atributos de Convertibilidade (transformação de bem ou direito em moeda) e Exigibilidade (classificação das obrigações por prazo de vencimento).
- II) A norma segrega o Sistema Contábil Público em 5 (cinco) Subsistemas de Informações Contábeis: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de compensação, e traz como inovação a criação do subsistema de Custos.
- III) O subsistema de Compensação previsto na NBC T 16.2 tem como uma de suas funções evidenciar os atos que possam vir a afetar o patrimônio público (atos potenciais), de forma que atende o artigo 105 da Lei Federal nº 4.320/64, onde prevê que o Balanço Patrimonial deve demonstrar em contas de compensação os bens, valores, obrigações e situações que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.
- IV) A norma traz como inovação a criação do subsistema de Custos, a ser implementado para coletar, processar e apurar os custos da gestão de políticas públicas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão corretas I, II, III e IV.
- b) Estão erradas I e II.
- c) Estão erradas II e IV.
- d) Apenas I está correta.
- e) Apenas II e III estão corretas.

39 - A NBC T 16.6 – Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público enfoca os aspectos relacionados as demonstrações contábeis. Assim, assinale a alternativa correta:

- a) Esta norma estabelece como demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades públicas: balanço patrimonial; balanço orçamentário; balanço financeiro; demonstração das variações patrimoniais; demonstração do valor adicionado; e demonstração do resultado econômico.
- b) Esta norma estabelece como demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades públicas: balanço patrimonial; balanço orçamentário; balanço financeiro; demonstração do resultado; demonstração do balanço social e demonstração do resultado econômico.
- c) Esta norma estabelece como demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades públicas: balanço patrimonial; balanço orçamentário; balanço financeiro; demonstração das variações patrimoniais.
- d) Esta norma estabelece como demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades públicas: balanço patrimonial; balanço orçamentário; balanço financeiro; demonstração das variações patrimoniais; demonstração dos fluxos de caixa; e demonstração do resultado econômico.
- e) Essa norma enfatiza a consolidação das demonstrações contábeis.

40 - Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), analise das assertivas a seguir, e marque as certas e as erradas:

- I. O principal da LRF, de acordo com o caput do art. 1º, consiste em estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
- II. Os instrumentos preconizados pela LRF para o planejamento do gasto público são os mesmos já adotados na Constituição Federal: o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.
- III. O que a LRF busca, na verdade, é reforçar o papel da atividade de planejamento e, mais especificamente, a vinculação entre as atividades de planejamento e de execução do gasto público, conforme será demonstrado mais adiante, quando abordarmos este assunto.
- IV. Diferente do equilíbrio orçamentário, este já previsto na Lei 4.320 de 1964, a LRF traz uma nova noção de equilíbrio para as contas públicas: o equilíbrio das chamadas “contas primárias”, traduzido no resultado primário equilibrado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão erradas I e II.
- b) Estão erradas II e IV.
- c) Apenas I está correta.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

41 - O balanço geral do “Estado Sustentável” apresentou as seguintes contas com os respectivos saldos conforme descrição a seguir:

Receita corrente da administração indireta – 5.000,00
 Transferências constitucionais aos municípios – 10.000,00
 Contribuições ao fundo – FUNDEF – 2.500,00
 Perdas para o FUNDEF – 2.000,00
 Receita corrente da administração direta – 20.000,00
 Compensação financeira – 500,00

Assinale a alternativa que corresponde ao valor da Receita Corrente Líquida.

- a) 5.000,00.
- b) 5.500,00.
- c) 10.000,00.
- d) 12.000,00.
- e) 15.000,00.

42 - A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), na sua concepção original, tinha como função básica orientar a elaboração dos orçamentos anuais, além de estabelecer as prioridades e metas da administração, no exercício financeiro subsequente. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO recebe as funções abaixo, EXCETO:

- a) Dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) Estabelecer critérios e formas de limitação de empenho, na ocorrência de arrecadação da receita inferior ao esperado, de modo a comprometer as metas de resultado primário e nominal previstas para o exercício.
- c) Dispor sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento.
- d) Disciplinar as transferências de recursos a entidades privadas.
- e) Quantificar o resultado primário a ser obtido com vistas à redução do montante da dívida e das despesas com juros.

43 - De acordo com a LRF, os limites para os gastos com pessoal devem ser repartidos entre todos os Poderes públicos, com percentuais específicos para cada Poder. Assim, assinale a alternativa INCORRETA em relação aos gastos com pessoal no setor público.

- a) A LRF determina dois limites distintos para os gastos com pessoal no setor público: 50% da RCL (receita corrente líquida) para a União; e 60% da RCL (receita corrente líquida) para Estados e Municípios.
- b) Após a publicação da LRF, fica revogada qualquer outra legislação que verse sobre estes limites.
- c) Na esfera estadual o limite de 60% será repartido da seguinte forma: 2% para o Ministério Público; 3% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado; 6% para o Judiciário; e 49% para o Executivo.
- d) Na esfera municipal o limite de 80% será assim repartido: 20% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e 60% para o Executivo.
- e) Na esfera federal o limite será de 50% da RCL, assim dividido: 40,9% para o Executivo; 6% para o Judiciário; 2,5% para o Legislativo; e 0,6% para o Ministério Público.

44 - Em relação a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Estabelece os conceitos que fundamentam a preparação e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos.
- b) Dá suporte ao desenvolvimento de novos pronunciamentos técnicos e à revisão de pronunciamentos existentes quando necessário.
- c) Dá suporte aos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis na aplicação dos pronunciamentos técnicos e no tratamento de assuntos que ainda não tiverem sido objeto de Pronunciamentos Técnicos.
- d) Auxilia os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os pronunciamentos técnicos.
- e) Apesar de sua grande relevância não proporciona aos interessados, informações sobre o enfoque adotado na formulação dos pronunciamentos técnicos.

45 - Em relação ao pronunciamento técnico emitido pelo CPC, relacionado à estrutura conceitual básica da contabilidade, assinale a alternativa INCORRETA

- a) Aborda o objetivo das demonstrações contábeis.
- b) Aplica-se às demonstrações contábeis de todas as entidades comerciais, industriais e outras de negócios que reportam, exceto no setor público.
- c) Aborda as características qualitativas que determinam a utilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis.
- d) Aborda a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos que compõem as demonstrações contábeis.
- e) Aborda os conceitos de capital e de manutenção do capital.

46 - Analise as alternativas abaixo, em relação a ativo e passivo, e assinale a alternativa que NÃO está correta.

- a) Ao avaliar-se um item se enquadra na definição de ativo ou passivo, deve-se atentar para a sua essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal.
- b) Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.
- c) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.
- d) As definições de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais, bem como especificam os critérios que precisam ser atendidos para que possam ser reconhecidos no balanço patrimonial.
- e) Substância física não é essencial à existência de um ativo.

47 - Em relação aos critérios de reconhecimento de um passivo, julgue como certas ou erradas as assertivas a seguir.

- I) Uma característica essencial para a existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente.
- II) Uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou fazer de uma certa maneira.
- III) As obrigações podem ser legalmente exigíveis em consequência de um contrato ou de requisitos estatutários.
- IV) A liquidação de uma obrigação presente geralmente implica na utilização, pela entidade, de recursos capazes de gerar benefícios econômicos a fim de satisfazer o direito da outra parte.

Assinale a alternativa correta:

- a) Estão erradas I e II.
- b) Estão erradas II e IV.
- c) Apenas I está correta.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

48 - As variações patrimoniais podem ser:

- I. variações ativas orçamentárias – aumentam a situação líquida patrimonial e não decorrem da execução orçamentária.
- II. variações ativas extra-orçamentárias – diminuem a situação líquida patrimonial e não são independentes da execução orçamentária.
- III. variações passivas orçamentárias – diminuem a situação líquida patrimonial e decorrem da execução orçamentária.
- IV. variações passivas extra-orçamentárias – diminuem a situação líquida patrimonial e são independentes da execução orçamentária.

Marque a alternativa correta.

- a) Estão erradas a I e II.
- b) Estão erradas a II e IV.
- c) Apenas a I está correta.
- d) Apenas II e III corretas.
- e) Todas estão corretas.

49 - Abaixo constam afirmações acerca das variações passivas orçamentárias da contabilidade pública.

- I. Despesa Orçamentária - são aquelas que estão prevista na lei Orçamentária Anual. Podem ser correntes ou de capital.
- II. Interferências Passivas (orçamentárias) - são valores concedidos por conta da movimentação financeira decorrente da execução orçamentária.
- III. Mutações Passivas - representam as alienações de bens e direitos (desincorporação de ativos) ou contratação de obrigações (incorporação de passivos).

Assinale a resposta correta.

- a) Estão erradas a I e II.
- b) Estão erradas a II e IV.
- c) Apenas a III está correta.
- d) Apenas a II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

50 - Abaixo constam três enunciados relativos aos conceitos de variações patrimoniais. Assinale os verdadeiros e os falsos:

- I. Fatos permutativos – fatos contábeis que não alteram a situação líquida patrimonial.
- II. Fatos modificativos – fatos contábeis que não alteram a situação líquida patrimonial para maior ou menor.
- III. Variação patrimonial – variação na situação líquida patrimonial para maior ou menor que pode ser decorrente de um fato permutativo ou modificativo.

Assinale a alternativa correta

- a) Os três enunciados são verdadeiros.
- b) Os três enunciados são falsos.
- c) I - verdadeiro, II - verdadeiro, III - falso.
- d) I - verdadeiro, II - falso, III - verdadeiro.
- e) I - falso, II – verdadeiro, III – falso.

TEC. CONTABILIDAD.
DE

TEC. CONTABILIDAD.
DE